CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROC. CEE nº 1208/78

INTERESSADO: Colégio Santa Cruz/Capital

ASSUNTO: Encaminha relatório de experiência pedagógica.

CÂMARA DO SEGUNDO GRAU

RELATOR: Conselheiro José Augusto Dias

PARECER CEE Nº 1315/78 - CESG - APROVADO EM 25/10/78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

O Senhor Diretor do Colégio Santa Cruz, desta Capital, encaminha relatório, referente a 1977, de experiência pedagógica autorizada pelo Parecer CEE nº 96/77.

O Colégio Santa Cruz, que mantém ensino de 2º grau, foi autorizado a ministrar, em caráter experimental, um currículo com intensificação de estudos de educação geral e com a adoção de metodologia específica, mediante controle e avaliação da aprendizagem por Câmaras de Avaliação e diferenciação de exigências por programa, concretizada na atribuição de créditos normais obrigatórios e créditos máximos optativos.

Fazendo uma apreciação geral sobre os resultados alcançados no primeiro ano da experiência, diz o Senhor Diretor do Colégio Santa Cruz:

"No tocante a uma apreciação sobre o conjunto da implantação da experiência até agora, creio que a gradualidade e a progressividade das medidas decorrentes de seu caráter mesmo de experiência, asseguram plenamente sua qualificação valorativa de pedagógica, pois o empenho, natural e esperado, dos professores, e a grata participação dos alunos, no processo, confirmam o acerto de todo o Plano.

Gostaria de me estender a respeito da participação dos alunos: por sugestão e iniciativa de alunos das 1^{as} séries, empenhados em trabalhos regulares e de iniciativa pessoal do programa de Língua Portuguesa, e por proposta subsequente da Câmara de Avaliação de Estudos de Letras e Artes, o Colégio aprovou Concurso Literário, interno, anual, nesta disciplina a ser estendido às demais Câmaras de Avaliação, na medida em que a forte participação dos alunos no conjunto da experiência pedagógica, frutificar em idéias similares nas demais disciplinas. A pedido, ainda, de alunos das 2^{as} séries, da opção por Ciências Humanas, o Colégio passou a ministrar, desde abril, um programa de Introdução

Geral às Ciências Humanas.

Creio que estas duas iniciativas, entre outras, atestam um traço pedagogicamente relevante do Plano em aplicação: a flexibilidade que possibilita a construção pessoal mais apropriada, de uma forma geral, em que docentes e discentes se sintam igualmente empenhados."

Para se ter uma idéia das aspirações e potencialidades dos alunos do Colégio, os dados abaixo transcritos, referentes àqueles que completaram o curso em 1977, são de grande utilidade:

"Resumo dos Resultados Obtidos para os Vestibulares-78

<u>Opção</u>	<u>Prestaram</u>	<u>Ingres-</u>	<u>Na o In-</u>	<u>Não Pres-</u>	<u>% de A-</u>
	<u>Vestibular</u>	<u>saram</u>	<u>gressaram</u>	<u>taram</u>	<u>provação</u>
Des. de Estruturas(DE)					
(Engenharia e afins)	54	54	0	0	100,00
Lab.Anál.Clinicas(LAC)					
(Biomédicas e afins)	62	49	13	0	79,03
Des.Arquitetura(DA)					
(Arquitetura e afins)	32	21	11	0	65,62
Aux.Escritório(AE)					
(Administ. e afins)	14	14	0	3	100,00
Aux.Des.Comunid.(ADC)	33	30	3	1	90,90
(Humanas e afins)					
TOTAL	195	168	27	4	86,15

2. APRECIÇÃO:

A experiência do Colégio Santa Cruz foi autorizada com base no artigo 64 da Lei nº 5692/71, cujos termos são os seguintes:

"Art. 64 - Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados."

Dada a peculiaridade do alunado do Colégio, pode-se admitir também embasamento da experiência no § 3º do artigo 5º da mesma lei, que diz:

"§ 3º - Excepcionalmente a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender à aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores."

O lapso de tempo de um ano apenas é insuficiente para uma apreciação adequada da experiência encetada pelo Colégio Santa Cruz. Não obstante, quis a Direção do estabelecimento, em gesto espontâneo, colocar este Conselho a par dos resultados alcançados neste primeiro ano de atividades.

Em plena vigência da lei nº 5692/71, justifica-se a existência de currículo organizado em termos de educação geral? Entendo que sim pelas razões seguintes:

1º - A própria Lei nº 5692/71, no art. 64 e no § 3º do art. 5º, já citados, admite outras possibilidades além da profissionalização compulsória.

2º - Do ponto de vista do aluno, a profissionalização em nível de 2º grau só faz sentido quando ele tem este nível de ensino como terminal.

3º - O ensino profissionalizante é notoriamente mais dispendioso que a educação geral. Proporcionar este ensino ao aluno que se sabe de antemão que dele não vai utilizar-se na vida futura, é malbaratar recursos de forma irracional e injustificável para um país que luta desesperadamente com carência de recursos para o ensino.

4ª - Os alunos do Colégio Santa Cruz encaminham-se todos para o ensino superior, conforme se pode verificar no quadro acima exposto. Ali se verifica que quase 90% destes estudantes conseguem ingresso em faculdade já no primeiro vestibular! Que sentido tem forçar estes alunos a receberem formação profissionalizante em nível de 2º grau, em prejuízo do tempo necessário a sua adequada preparação para os estudos superiores?

Por todas estas razões, considero válida a experiência autorizada pelo Parecer CEE nº 96/77.

Como já disse, o tempo decorrido é insuficiente para uma visão adequada da experiência. Desde logo, no entanto, é possível constatar a excelência e a seriedade do trabalho realizado pelo Colégio Santa Cruz.

II - CONCLUSÃO

Toma-se conhecimento do relatório enviado pelo Colégio Santa Cruz, a respeito do funcionamento, em 1977, da experiência pedagógica autorizada pelo Parecer CEE nº 96/77.

CESG, em 27 de setembro de 1978

a) Cons. José Augusto Dias - Relator

PROCESSO CEE Nº 1208/78 PARECER CEE Nº 1315/78
III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres conselheiros: Antônio F. da Rosa Aquino, Hilário Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

O Cons. Lionel Corbeil, foi impedido de votar este Parecer
Sala da CESG, em 4 de outubro de 1978

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES - PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Lionel Corbeil julgou-se impedido de Votar.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de outubro de 1.978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente